

Ben Gurion e as origens do conflito Israelita-Palestino

ANTONIO OZAI DA SILVA *

"A lembrança, vaga agora, remete-me à noite de 14 maio de 1948.

Vejo-me caminhando pelas ruas do Bom Fim. Vejo fisionomias radiantes, ouço gritos de júbilo... O Estado de Israel acabava de ser proclamado. Eu não podia me dar conta do que aquilo exatamente significava, mas a emoção me invadia irresistivelmente. O Estado judeu era uma realidade.

Se para um garoto de onze anos a data revestiu-se de tal significado, imagine-se o que ela representou para os adultos, muitos deles emigrantes da Europa Oriental, vários sobreviventes do Holocausto. Imagine-se o que significou para as comunidades judaicas de todo o mundo. A sensação era de que um sonho enfim estava se realizando. Aliás, não era só sensação: era aquilo mesmo. Um sonho se realizava".
(Moacyr Scliar)¹

Como sociólogo aprendi que não é possível compreender um fenômeno, para além das aparências, se não apreender seu movimento interno desde as origens.² Como afirma Meron Benvenisti, autor de *A História Sepultada da Terra Santa desde 1948*, ex-vice-prefeito de Jerusalém:

Para compreender verdadeiramente a herança palestina e israelense de ódio, é preciso voltar às experiências pioneiras dos primeiros colonos

sionistas que tentaram assentar-se na sua terra ancestral, habitada por uma comunidade hostil, e a ira árabe que saudou essa intrusão de forasteiros. Esse trágico encontro está profundamente marcado na consciência de ambas as comunidades e define suas percepções.³

Até a I Guerra Mundial, a Palestina esteve sob controle do Império Otomano. É ainda no século XIX (1881-1900), que ocorre a primeira *Aliyah*⁴, a imigração



* **ANTONIO OZAI DA SILVA** é docente na Universidade Estadual de Maringá e doutorando na Universidade de São Paulo

¹ In: HERZL, Theodor. O Estado judeu. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.

² As origens do povo judaico, para além da modernidade, remontam aos tempos bíblicos. Não cansarei o leitor: me atarei ao período mais recente. De qualquer forma, vale a pena recorrer aos textos do livro sagrado e ler, por exemplo, Êxodo.

³ Citado in: Clovis Rossi. *População transita entre estigmas de "bons" ou "cruéis"*. Folha de S. Paulo, 07.04.02, p. A-24.

⁴ Palavra hebraica que indica ascensão, subida, ou seja, viagem a Sion, com o fim de radicar-se definitivamente. Designa as várias etapas de imigração judaica para a Palestina.

judaica para as terras palestinas. O sionismo moderno, sob inspiração de Theodor Herzl, dava então seus primeiros passos encaminhando os primeiros *chalutzim* (pioneiros) para a Terra Santa. Estes enfrentavam as mais duras condições de vida. M. Michel Bar-Zohar, o biógrafo do fundador do Estado israelita, Ben Gurion, descreve a Palestina nestes anos:

Esta antiga pátria nada tem em comum com o Paraíso terrestre descrito pelos escritores bíblicos. As guerras, o abandono, a erosão, a indiferença de povos estranhos que se sucederam sem criar raízes na região, fizeram muitos estragos. Os vergéis e as margens de riso do **Cântico dos Cânticos** metamorfosearam-se em espaços áridos. Os pântanos, onde viceja o impaludismo, dominaram as férteis planícies costeiras e os ricos vales do interior. O sol implacável abrasava as montanhas da Judéia, transformadas em esqueletos de rochas desnudas. A Palestina tornou-se o ponto negro, o território mais desprezado do Império Otomano.⁵

É certo que os palestinos durante muito tempo foram majoritários naquela área. Mas já se encontrava uma minoria judaica dispersa pelo território palestino. Alguns deles descendiam de ancestrais que nunca deixaram a Terra Santa e que sobreviveram aos vários editos de expulsão. Outros eram originários de outras regiões do Império Otomano e do mundo mulçumano. “Formavam uma comunidade fatalista despida de iniciativa. Singelos e inocentes, aguardam com uma paciência oriental a

chegada do Messias, o verdadeiro...”, escreve Bar-Zohar.⁶

Nos primeiros tempos da *aliah*, muitos judeus da diáspora nem mesmo aceitavam a ideia da possibilidade da supremacia judaica na Palestina. Os próprios financiadores da *aventura* do povoamento judaico na palestina eram tidos como *loucos*. Sir Moses Montefiori, um desses *loucos*, lançou, em 1839, o primeiro projeto de colonização. Foi por sua iniciativa que, em 1856, estabeleceu-se a primeira plantação agrícola de laranjas sob controle judaico em terras palestinas. Carl Neter fundou, em 1870, uma colônia agrícola em Mikve Israel. E o Barão Edmundo Rothschild, o mais famoso, comprou terras e criou colônias agrícolas, enviando seus instrutores para ajudar os primeiros pioneiros.

Não se imaginava que a humanidade pudesse vivenciar os horrores do Holocausto, mas os judeus ainda passavam pelo sofrimento milenar da perseguição, da discriminação e dos *pogroms*. A realidade cruel do Judeu Errante em busca da sua terra, da sua pátria, alimentou o sonho de muitos jovens *chalutzim* organizados em colônias coletivas, o *Kibutz*.

O movimento *chalutziano*, manifestado pela *Aliah* em suas diversas etapas foi a espinha dorsal da colonização judaica. Para Ben Gurion, este movimento “eleva o homem, enriquece sua vida, descobre nele forças latentes; em suma, “o *chalutzianismo é a parcela superior do homem*”.⁷

Tratava-se de acreditar e contar com suas próprias forças, ainda que pequenas. Ben Gurion enaltecia os *chalutzim*:

⁵ BAR-ZOHAR, M. Michel. Ben Gurion: O Profeta Armado. São Paulo, Editora Senzala, 1968, pp. 43-44. (Apresentação e tradução de Maurício Tragtenberg)

⁶ Idem, p. 44

⁷ BEN GURION, David. O despertar de um Estado. Editora Monte Scopos, 1957, p.150.

Os vintes rapazes e moças, que há trinta anos fundaram nas margens do Jordão a primeira comuna, fizeram para a história judaica e universal, para o movimento trabalhador judeu e internacional, mais do que toda a massa de socialistas e revolucionários judeus que se atrelaram ao carro revolucionário dos grandes povos e zombaram da obra “desprezível” e rara dos *chalutzim* em Eretz Israel.⁸

Desde o início, os *chalutzim* tiveram que enfrentar a resistência árabe. Estes, à época do Império Otomano, constituíam uma população de cerca de 500 mil. A população judaica, crescendo pouco a pouco com a chegada de diversas levas de imigrantes, atingiria, no ano de 1930, a casa dos 300 mil. A reação árabe se intensificou, e estes conseguiram que o governo britânico restringisse a imigração judaica à região – a Palestina passara para o domínio inglês após a I Guerra Mundial. Observe-se que à época o nazismo avançava na Europa.

Um fato ilustrativo do potencial conflituoso entre essas populações, ocupando e reivindicando o mesmo espaço, ocorreu na páscoa judaica de 1909, assim relatado por Bar-Zohar:

O núcleo de Sejera está em festa. Os muros da sala principal estão decorados com armas e ferramentas agrícolas, símbolo da dupla finalidade dos pioneiros: trabalho e defesa. Mas, neste dia tudo se concentra nas canções e nas danças.

Inesperadamente, ressoa um grito. Junto à porta, um jovem ainda trêmulo. Com voz rouca, conta que ele e seus dois amigos que vinham de Haifa foram atacados por três árabes armados, com intenções de pilhagem. Após sangrenta reação, conseguiram escapar. Um dos árabes morreu.⁹

A reação não tardou. Rezava a tradição que os membros da tribo do morto deveriam, por sete dias, vingá-lo. E assim ocorreu. No oitavo dia da Páscoa, Israel Korngold, sentinela do núcleo, é morto e seu rifle roubado. “*Neste dia eu entendi muitas coisas*”, conta Ben Gurion. “*Eu entendi que mais dias menos dias, teríamos a prova de força com os árabes. A partir desse momento em Sejera, compreendi que o conflito era inevitável. O que se passou em Sejera era uma brincadeira ante as dificuldades que nos esperavam. Devíamos nos preparar para enfrentá-las*”.¹⁰

E, infelizmente, o *Profeta Armado* estava certo. As duas comunidades ainda se enfrentariam por várias oportunidades. Nestes confrontos prevalece a lei do mais forte. Ben Gurion compreendeu bem isto. No mesmo dia em que ele declarou a fundação do Estado de Israel, este foi atacado pelos exércitos da Jordânia, Egito, Síria, Iraque e Líbano. Foi sob a liderança de Ben Gurion que os judeus nos derrotaram.

Desde então, vemos uma guerra que parece não ter fim. Seu fundamento reside numa questão aparentemente simples: a disputa de terra. Sob beneplácito da ONU, e com a simpatia mundial, horrorizada com o Holocausto que ceifou a vida de milhões de judeus, concedeu-se aos mesmos o direito de terem o seu território, a sua própria pátria. Mas, a mesma ONU estabeleceu um plano de partilha do território palestino, criando também o Estado da Palestina. Para os palestinos, esse plano ainda não saiu do papel.

Os árabes demonstraram então que não aceitariam o Estado Judeu – e manifestaram-no novamente na Guerra dos Seis Dias, em 1967. O Estado judeu,

⁸ Idem, p. 28

⁹ BAR-ZOHAR, op. cit., p.52

¹⁰ In idem, p. 53

por seu turno, procurou se fortalecer e conseguiu um grande aliado: os Estados Unidos da América. A guerra fria, o fato da comunidade judaica neste país ser uma das maiores e mais importantes do mundo e a capacidade de Ben Gurion, em termos de política exterior, foram determinantes.

A expansão do Estado judaico procurava, como hoje, dar uma resposta ao problema da segurança, ou seja, à questão da própria sobrevivência do Estado. A colonização de terras palestinas insere-se neste contexto. Por outro lado, criou-se outro enorme problema para a paz: a questão dos refugiados. Ben Gurion percebeu bem este dilema e observou o quanto a situação dos refugiados era desesperadora. *“Eles constituem um fator de complicações e perigos no desenvolvimento de nossas relações com os países vizinhos”*, afirmou.¹¹

São dois nacionalismos que se antagonizam: o judeu e o árabe. De um lado, a frustração da população árabe que vivia na palestina diante da implantação do Estado de Israel; uma população expulsa das suas terras e submetida à força do Estado judeu, sem possibilidades de estabelecer a sua pátria, o seu Estado autônomo. De outro, o Estado Judeu, sentindo-se com o direito milenar àquelas terras e sob ameaça constante dos seus vizinhos. De um lado, a necessidade de reconhecimento do Estado palestino; de

outro, o direito à existência do Estado israelense. Em suma, uma disputa pelo mesmo espaço territorial entre dois povos, ambos reivindicando direitos históricos sob a área.

Na apresentação da biografia de Ben Gurion, visto por Maurício Tragtenberg como a *“versão hebraica de Maquiavel e o “Príncipe”* é substituído pelo *“Velho Testamento”*, ele escreveu:

“Dizia Napoleão ser a política, a forma moderna da tragédia. Por outro lado, a pureza dos princípios não só tolera como requer as violências e Israel não é a exceção”.¹²

Em nossos dias a violência se traduz na fúnebre dialética entre o medo e o terror, estabelecendo um círculo de mortes de parte a parte. As acusações mútuas não substituem a necessidade da paz. Israel não estará seguro enquanto houver um homem e uma mulher palestina dispostos a se explodirem pela causa da libertação; os palestinos não estarão seguros enquanto Israel não superar o medo. O apoio da maioria da população israelense ao terrorismo de Estado, expressão da política de Sharon – a julgar pelas pesquisas divulgadas na imprensa – e, por outro lado, a simpatia com que conta os homens e mulheres bombas entre a população palestina, são os dois lados de uma tragédia que une, para o bem ou para o mal, estes povos. O conflito atual mostra que a obra de Ben Gurion ainda se encontra inacabada.

¹¹ BEN GURION, op. cit., p. 100

¹² A frase é de Maurício Tragtenberg, da apresentação do livro Ben Gurion, O Profeta Armado, p. 07.